



DOI 10.22478/ufpb.2317-6725.2024v29n50.71484

Apresentação Dossiê O ensino de História em perspectiva histórica

*Dossier presentation
History Teaching in historical perspective*

Carollina Carvalho Ramos de Lima
 Orcid: 0000-0003-3265-4669
Universidade Federal da Bahia - Brasil

Genaro Vilanova Miranda de Oliveira
 Orcid: 0000-0002-3552-3827
Charles Sturt University - Australia

Desde a redemocratização do Brasil na década de 1980, o campo acadêmico do Ensino de História tem se consolidado significativamente, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. De lá para cá, as reformas educacionais, a emergência da internet, e, mais recentemente, das inteligências artificiais generativas, além da luta dos movimentos sociais por reparações históricas e de eventos globais como a pandemia e a intensa polarização em campos políticos e culturais, tem provocado discussões sobre as finalidades do ensino de conteúdos históricos e mudanças na forma como eles são explorados nas escolas mundo afora.

Nesse sentido, em um contexto global marcado por profundas mudanças econômicas e políticas, o ensino de História passou a enfrentar novos desafios e oportunidades. Questões como o desenvolvimento do pensamento histórico, a promoção de reparações históricas para grupos subalternizados e a formação para a cidadania e a democracia são agora centrais para o debate. Além disso, o uso de tecnologias da informação e comunicação, a incorporação de histórias decoloniais e contra-histórias e a necessidade de métodos pedagógicos outros refletem as demandas e os problemas enfrentados pelas instituições de ensino na era da cultura digital e da globalização.

Para contribuir com os debates que envolvem tais questões, o presente dossiê reúne um conjunto de artigos que exploram temas que vão desde o trabalho com acervos históricos na formação inicial em História até a necessidade de metodologias de ensino que incorpore o letramento digital e estimulem práticas investigativas em sala de aula, passando igualmente por reflexões sobre a inclusão e o tratamento de estudos de gênero e questões raciais nos currículos, da Educação Básica e do Ensino Superior. Além disso, os artigos também tratam da forma e do conteúdo da história escolar nos últimos currículos nacionais (PCNs, DCB e BNCC), os impactos das reformas educacionais na organização da disciplina nesses documentos e os métodos e materiais didáticos voltados para o ensino do passado.

Dessa forma, as pesquisas reunidas aqui visam contribuir para uma compreensão mais ampla das implicações das reformas educacionais no ensino de História no Brasil e



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

para a discussão sobre como garantir uma educação histórica que desenvolva o pensamento crítico, recupere a agência de grupos marginalizados e forme cidadãos preparados para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais desigual, complexo e interconectado. Outrossim, os trabalhos apresentam reflexões sobre a formação inicial dos licenciandos, tanto da perspectiva das lacunas nos currículos, sobretudo em questões relacionadas à raça e gênero, quanto das práticas didático-pedagógicas que reforçam o vínculo entre a formação do pesquisador e do docente.

No artigo intitulado "De como antigos papéis se tornaram uma experiência pedagógica", Ângelo Emílio da Silva Pessoa descreve uma experiência com uso de documentos históricos localizados na Câmara Municipal de João Pessoa para (re)colocar o debate sobre o lugar e o tratamento da documentação escrita, de caráter oficial, na produção do conhecimento histórico nas suas relações com a docência. Nesse sentido, ao mobilizar uma metodologia ativa na formação inicial de historiadores/as, baseada na catalogação, restauração e pesquisa de fontes históricas, o autor destaca a importância da integração entre formação acadêmica e preservação do patrimônio histórico, bem como das discussões didático-pedagógicas nos cursos de História no Ensino Superior. A experiência iniciada em uma disciplina da Graduação teve desdobramentos importantes, alcançando outros espaços escolares e um público mais amplo com a divulgação em mídias digitais.

Silviana Fernandes Mariz, em "Desafios para o ensino de História da África e dos Estudos de Gênero", reflete sobre as dificuldades encontradas na implementação dessas temáticas nos currículos escolar e universitário no Brasil, evidenciando a desconexão entre a formação docente e a realidade escolar, bem com os entraves político-burocráticos que impedem avanços significativos nessa direção. Para tanto, a autora parte de uma problematização do projeto pedagógico institucional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) para demonstrar as lacunas e os silenciamentos em relação às perspectivas de gênero e raça em um projeto que, apesar de "afro referenciado e transnacional", ainda é "incapaz de preparar suficientemente docentes bem treinados/as para a aplicação em sala de aula da educação básica da lei 10.639/03 e das temáticas sobre gênero". A discussão traz, portanto, elementos para que repensemos os currículos de formação inicial de professores em História no Brasil, assim como reforça o papel da Universidade pública na indução de políticas que impactem na qualidade da educação básica oferecida às crianças e aos jovens brasileiros.

A trajetória do ensino de História no Brasil, com ênfase nos impactos dos dispositivos legais, pós 1980, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na organização da disciplina, é abordada por Carlos Augusto Lima Ferreira e Celeste Maria Pacheco de Andrade no artigo "Ensino de História e dispositivos legais". Os autores discutem como esses marcos legais têm moldado a organização didático-pedagógica, destacando tanto os avanços quanto as limitações dessas políticas educacionais. Dentre os avanços pós-redemocratização, Ferreira e Andrade destacam a revisão de conteúdos, com o intuito de promover "uma leitura mais plural e questionadora dos eventos históricos" e a valorização da diversidade cultural e étnica, bem como a introdução da interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento, em especial a Sociologia e a Geografia. No bojo dos desafios, os autores apontam que a "escassez de materiais didáticos adequados e a resistência a uma abordagem mais inclusiva em alguns ambientes educacionais" ainda se configuram como problemas a serem superados.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Cristina Ferreira de Assis, Gilmário Moreira Brito e Rhadson Rezende Monteiro, em "Ensino de História em perspectiva: o letramento digital como possibilidade para a aprendizagem de História", investigam as transformações no ensino de História na era digital, propondo a prática do letramento digital como uma ferramenta crucial para o desenvolvimento de novas competências narrativas e investigativas. A partir de uma retomada da história da disciplinarização da História e em diálogo com autores ligados à História Pública e ao Ensino de História, Assis, Brito e Monteiro caracterizam os "estudantes como agentes e criadores de narrativas históricas", de modo que "os usos de técnicas digitais no ensino de História visam fomentar o pensamento analítico, incentivando a capacidade de tomar decisões, organizar informações e solucionar questões contemporâneas". Nessa direção, os autores ao passo que destacam a agência crítica e criativa dos estudantes, também oferecem indicações metodológicas para uma educação histórica conectada com os desafios da cultura digital.

Thábata Araújo de Alvarenga, no artigo "Entre inovação e tradição: a Proposta Curricular do Estado da Paraíba (2018)", analisa a Proposta Curricular do Estado da Paraíba, explorando como ela equilibra elementos tradicionais e inovadores na formação histórica dos estudantes, destacando as tensões entre a abordagem dos conteúdos históricos e as perspectivas sobre ensino e aprendizagem histórica apresentadas no documento. Nesse sentido, a partir da leitura da proposta curricular do Estado da Paraíba no confronto com uma bibliografia de referência associada à Didática da História e à Educação Histórica, a autora demonstra que do ponto de vista dos saberes, o currículo paraibano pode ser considerado bastante tradicional, elegendo os conteúdos convencionais e canônicos e tomando a cronologia linear como eixo central da narrativa histórica, enquanto a análise das ações vinculadas aos objetivos de aprendizagem presentes no documento demonstra um esforço no sentido de fazer com que a compreensão acerca dos eventos históricos se situe no âmbito da sua ciência de referência.

Já o artigo "O Currículo de História e as Questões de Gênero: A BNCC como Instrumento de Poder", de Suzyanne Valeska Maciel de Sousa e Isamarc Gonçalves Lôbo, questiona as escolhas curriculares da BNCC no que diz respeito à inclusão de discussões de gênero, revelando as limitações do documento, uma vez que, ainda, perpetua estereótipos e limita a representação feminina na História. Em diálogo com a produção de Joan Scott e Judith Butler, as autoras analisaram uma obra didática de ampla circulação nos espaços escolares para demonstrar como o material reproduz "visões tradicionalmente masculinas da História", propondo que para a superação desse cenário passa por uma revisão no próprio currículo e pelo estímulo à produção de "materiais didáticos mais inclusivos que desafiem narrativas históricas limitadas e destaquem o protagonismo histórico não apenas das mulheres, como também de outros grupos marginalizados."

Uiran Gebara Silva, em "O Rural no Ensino de História: Currículo, Antiguidade e Histórias Globais", por sua vez, discute a presença do rural no currículo de História, a partir de uma comparação entre os Parâmetros Curriculares Nacionais e a BNCC. Para o autor, há "a necessidade de desocidentalizar o nosso conhecimento sobre o passado da humanidade" e, nesse processo, a História Antiga tem oferecido perspectivas outras para refletir sobre as experiências agrárias, em especial as categorias as categorias de rural e ruralidade, bem como essas questões podem ser integradas ao ensino da História.

Finalmente, Riler Barbosa Scarpati, no artigo "Presentificando passados na aula de história: algumas reflexões sobre o ensino de história no pós-pandemia", propõe formas de



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

presentificar o passado na sala de aula, a partir de reflexões oriundas da realização de um projeto, com estudantes da Educação Básica no período da pandemia, que envolveu a leitura de *Úrsula*, escrito por Maria Firmina dos Reis (1825-1917), tido como o primeiro romance abolicionista afro-brasileiro. O autor destaca que o cenário atual do ensino de história é marcado “pela educação das relações étnico-raciais, emergência do revisionismo/negacionismo e defasagens na aprendizagem provocadas pela pandemia” e que, por isso, considera importante explorar as relações entre o letramento histórico e a centralidade das relações étnico-raciais no ensino de História.

Desse modo, podemos dizer que os oito artigos aqui apresentados oferecem uma visão abrangente sobre as complexidades do ensino de História, envolvendo temas que vão desde a preservação de acervos históricos até as novas demandas do letramento digital, passando por reflexões sobre o currículo escolar e pela inclusão de estudos de gênero e questões raciais. Portanto, a partir deste acúmulo, destacamos que alguns encaminhamentos podem ser delineados pela comunidade docente e pesquisadora do Ensino de História, no sentido de: (1) defender que os currículos sejam continuamente revisados e debatidos a fim de incluir uma maior diversidade de perspectivas, especialmente aquelas que foram historicamente marginalizadas e silenciadas ao longo do tempo; (2) fomentar uma formação inicial e continuada dos(as) professores que oportunizem uma reflexão crítica sobre o currículo, metodologias de ensino e as realidades sociais dos estudantes, considerando os impactos desse elementos na cultura escolar e nos processos de ensino e aprendizagem histórica dos(as) estudantes; (3) estimular o uso de metodologias ativas que provoquem o engajamento dos estudantes com os conteúdos históricos e desenvolvam o senso crítico, como o uso de oficinas de pesquisa documental, projetos interdisciplinares, e a análise histórica de fontes primárias e secundárias; (4) preparar os(as) estudantes para navegarem criticamente pelo ambiente digital, capazes, portanto, de questionar e interpretar criteriosamente as informações encontradas on-line, combatendo os negacionismos, reconhecendo a desinformação e promovendo uma compreensão mais profunda e multiperspectivada dos processos históricos; e por fim, mas não menos importante, (5) de formar cidadãos críticos, capazes de participar ativamente da vida democrática, de modo que os(as) estudantes sejam capazes de compreenderem o presente e se posicionarem de maneira fundamentada e ética diante dos desafios contemporâneos, com vistas a construção de um futuro com justiça social, equidade, direitos e oportunidades a todas as pessoas.

Desejamos uma excelente leitura!

Notas de autoria

Carollina Carvalho Ramos de Lima. Docente Adjunta da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Licenciada e Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e História da Educação - MEHED/FACED/UFBA. Esteve na coordenação do subprojeto de História do PIBID/UFBA, entre 2020 e 2021. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da FACED/UFBA e do Programa Profissional em Ensino de História (PROFHIS) da UNEB. Desenvolveu pesquisa de pós-doutorado pela FE/USP.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Genaro Vilanova Miranda de Oliveira. É professor da Charles Sturt University (Austrália) Possui Pós-doutorado pela Universidade da Basileia (Suíça), com pesquisa focada em novas tecnologias e Ensino de História. Doutorado em História da Arte Brasileira pela Universidade de Auckland (Nova Zelândia), com tese dedicada à análise da construção da história oficial brasileira por pintores e historiadores no século XIX, assim como o uso de novas mídias para o ensino de História do Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2007), com dissertação dedicada ao Ensino de História do Brasil, particularmente às influências da historiografia do século XIX sobre o atual ensino de história e livros didáticos contemporâneos. Licenciado em História pela Universidade Federal da Bahia (2002).

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

LIMA, Carollina Carvalho Ramos de; OLIVEIRA, Genaro Vilanova Miranda de. Apresentação Dossiê O Ensino de História em Perspectiva Histórica. *Sæculum – Revista de História*, v. 29, n. 50, p. 71-75, 2024.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 17/09/2024

Aprovado em 18/09/2024



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](#)